

ENTREVISTA // ALFREDO GASTAL

DF-Brasília

Superintendente regional do Iphan acusa autoridades e moradores de descaso com a capital

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Um olhar cuidadoso sobre Brasília pode levantar dúvidas sobre a real condição de patrimônio histórico da humanidade, título concedido à capital da República há 17 anos. No Eixo Monumental, há desde pequenos intrusos no conjunto de prédios, como o toldo na entrada do Pa-

lácio do Itamaraty, a aglomerações que contrastam com o planejamento, como a feira irregular entre a obra da Biblioteca Nacional e a Rodoviária do Plano Piloto. Em diversos pontos da cidade, a falta de cuidado com o projeto original preocupa especialistas. Há superquadras até hoje não urbanizadas, como a 109 e 110 Norte. Há também invasões de áreas públicas nas comerciais, conhecidas como puxadinhos.

Nesta entrevista, o superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, revela a nova estratégia do órgão para mudar esse cenário. Um ano e meio após assumir o cargo, o superintendente, que vinha adotando um estilo mais moderado ao negociar com o governo local e a população os problemas do patrimônio, critica o poder público, o cidadão e até

mesmo o Iphan pela situação de Brasília. "Brasília é muitas vezes uma amante mal-amada", diz. O Iphan abrirá, a partir de novembro, turmas de educação patrimonial.

Os cursos serão voltados inicialmente aos servidores públicos do Governo do Distrito Federal. Mas a proposta é ampliar o projeto e oferecer aulas gratuitas a qualquer cidadão interessado em conhecer os limites que o

projeto de Brasília impõe à população. No currículo, estão previstas noções de meio ambiente e patrimônio histórico. Mas os especialistas pretendem ensinar tudo sobre os órgãos de preservação, inclusive as atribuições do Iphan, além dos detalhes sobre o projeto de Lucio Costa, o que de fato é tombado ou não na capital federal. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida pelo arquiteto ao Correio.

Fim da ignorância

De quem é a responsabilidade por Brasília ter chegado ao ponto em que está?

A culpa é do próprio patrimônio, que não se comunicou corretamente com a cidade.

O que é o patrimônio, de quem estamos falando?

De nós, o Iphan, o Governo do Distrito Federal (GDF) e o governo federal. Temos a obrigação de nos comunicarmos com a população. Ninguém tem obrigação de chegar aqui e descobrir que está em uma cidade monumental. O que hoje estamos tentando suprir com esses cursos de educação patrimonial é uma falha de muitos anos.

Os governos local e federal precisam de educação patrimonial?

Eles precisam em primeiro lugar. Em segundo, eles têm que difundir essa informação. Há um nível de ignorância em Brasília, falta informação de forma crítica.

O senhor está tirando a responsabilidade do comerciante que faz um puxadinho, do motorista que estaciona o carro em área verde ou de quem desvirtuou os projetos das W3 Sul e Norte?

Não estou isentando essas pessoas, mas dizendo que agiram por ignorância e má-fé. Elas realmente tratam a cidade excepcional como uma cidade qualquer.

A arquiteta Maria Elisa Costa (filha do urbanista Lucio Costa) diz que em Brasília os gestores se apegam a detalhes e deixam de lado as questões fundamentais para a preservação...

Concordo com a Maria Elisa. Você nunca sabe o que é relevante ou não. A feira que tem do lado do Museu e da Biblioteca Nacional, no Eixo Monumental, por exemplo, não pode. É claro que há interesses em manter aquilo enquanto for possível. Mas ela certamente sairá dali em algum momento.

Iano Andrade/CB/5.10.05



“ FALTA INFORMAÇÃO DE FORMA CRÍTICA. AS PESSOAS TRATAM UMA CIDADE EXCEPCIONAL COMO UMA CIDADE QUALQUER ”

O toldo em frente ao Palácio do Itamaraty, as grades que protegem o Palácio do Planalto e o relógio do festival de música eletrônica são colocados no Eixo Monumental e ditos temporários. Ele podem ser considerados detalhes?

Não acho que sejam. O toldo do Itamaraty e aquelas grades medonhas do Palácio do Planalto, que, aliás, separam Executivo e Judiciário, são coisas que eu não entendo. Outro dia tinha um brete (espécie de cerca) em torno da estátua da Justiça.

Parecia um negócio de porco. É espantoso.

Diante dessas situações, o Iphan não está calado?

Eu estou para ficar rouco de tanto falar. Talvez as minhas palavras não tenham eco, aí é outra coisa.

Quem pode colocar em prática as recomendações do Iphan?

O Iphan não governa Brasília, por isso não pode executar certas coisas. Acionamos as instituições do GDF, como a Sefau (Secretaria de Fiscalização de

Atividades Urbanas), e o Ministério Público Federal. Pedimos socorro e frequentemente temos boas respostas. Mas não é 100%.

Educar é a última saída para resolver os problemas de Brasília?

Brasília é uma amante mal amada, muitas vezes até pelo Iphan. O Iphan, há anos, fez um trabalho sobre os puxadinhos, colocou várias alternativas. Mas até hoje não conseguiu levar isso para frente.

Está faltando conversar com a

Câmara Legislativa?

Está faltando que o governo faça uma lei estabelecendo isso. E também que o Iphan, através da sua consultoria legislativa, estabeleça o parâmetro legal.

O crescimento urbano do Distrito Federal ameaça o patrimônio?

Todo mundo sempre chegou à conclusão que Brasília deveria ser no centro da bacia do Paranoá. E nós não podemos deixar que se agreguem coisas ao Plano Piloto de forma a prejudicar a bacia. O nosso receio é que Brasília vire uma ruína Maia, ou seja, que acabe por falta d'água.

Que cursos o Iphan pretende oferecer?

O enfoque é na área tombada. O patrimônio é muito complexo, embora aparentemente simples. O que é tombado em Brasília são os volumes. Por exemplo: se você tem um prédio em uma quadra e quiser pintar de roxo amanhã, pode. Você não pode alterar a volumetria dele.

O que foge à questão estética e não é permitido?

Publicidade. É um horror o que está acontecendo em Brasília hoje. O Distrito Federal deixou que a publicidade chegasse ao nível do intolerável. Isso precisa ser resolvido a curto prazo. Com educação, se espera que os autores destas barbaridades tenham o pudor de não fazer mais. Por outro lado, a legislação deveria atuar.

Por que isso não acontece?

Porque a legislação é ambígua e existem hoje os famosos recursos e liminares. Tem uma parte da Justiça que tem sido incrivelmente parceira. Mas outra não. E nós pretendemos oferecer nossos cursos inclusive ao Poder Judiciário.

CURSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Informações pelos telefones 3414-6170/3414-6154. As aulas são gratuitas.